



O IDE em Angola em 2010

Angola foi o país africano de língua oficial portuguesa que mais investimento directo estrangeiro (IDE) recebeu em 2010, apesar de estes fluxos terem diminuído cerca de 15% em relação ao ano anterior. [Pag 2](#)

Dilma Rousseff visita África do Sul

Dilma Rousseff, visitou oficialmente a África do Sul, em Outubro, onde participou numa Cimeira de Chefes de Estado dos países do IBAS, o fórum internacional de diálogo que reúne a Índia, o Brasil e a África do Sul. [Pag 2](#)

Sucessor de Eduardo dos Santos

O tabu sobre o sucessor de José Eduardo dos Santos à frente dos destinos de Angola parece ter sido quebrado. Há indícios de que será Manuel Vicente, Presidente da SONAGOL. [Pag 3](#)

O Valor da Terra em África

Segundo a ONU, no início do século XXI, em África eram utilizados cerca de 200 milhões de hectares para cultivo, aos quais se juntavam mais 900 milhões de pastoreio. Face ao aumento do preço dos alimentos e dos combustíveis, as áreas destinadas à produção alimentar estão a concentrar as atenções dos investidores internacionais. Perante este cenário, África é vista como uma prioridade. [Pag 3/4](#)

Pinto da Costa regressa à Presidência de STP

Manuel Pinto da Costa venceu as eleições presidenciais em São Tomé e Príncipe, derrotando Evaristo Carvalho. Embora Presidente e Primeiro-Ministro sejam de famílias políticas distintas, espera-se que a coabitação seja pacífica e o país ultrapasse as dificuldades económicas que enfrenta. [Pag 5/6](#)

Eleições Presidenciais em Cabo Verde

O candidato do Movimento para a Democracia (MpD), Jorge Carlos Fonseca ganhou as eleições presidenciais obtendo 55% dos votos contra 45% de Manuel Inocêncio. Este resultado vai fazer com que o país venha a entrar num período de coabitação entre os dois maiores partidos do país, o PAICV e o MpD. [Pag 6](#)

Cimeira EU-RAS

Decorreu a 15 de Setembro, na África do Sul, a cimeira entre a União Europeia e a República da África do Sul (RAS), que dedicou especial atenção aos assuntos de política africana, tendo analisado a questão da divisão do Sudão, a situação na Somália e na Costa do Marfim. Outro tema abordado foi o problema da pirataria no oceano Índico. Os principais pontos de discórdia entre as duas partes andaram à volta da situação na Líbia, Zimbábwe e as relações comerciais. [Pag 6/7](#)

Nova Área Protegida na África Austral

Foi criada na região da África Austral uma nova área protegida que abrange as bacias dos rios Zambeze e Okavango. Esta nova área, passa a ser a maior zona protegida com vocação turística do mundo, cujo objectivo é o de apoiar a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, o ecoturismo e a partilha sustentável dos recursos. [Pag 7](#)

Diminuição do Paludismo em África

De acordo com o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, a morte por paludismo diminuiu para metade nos últimos dez anos em mais de uma dezena de países africanos, mostrando-se optimista com o objectivo de se alcançar a erradicação da doença em mais dez países até 2015. [Pag 8](#)

Acordo sobre Vistos entre Portugal e Angola

Portugal e Angola assinaram a 15 de Setembro um protocolo que visa agilizar o processo de concessão de vistos entre os dois países. Esta questão, que já se arrastava há vários anos, era um dos principais problemas que existia no relacionamento bilateral. [Pag 9](#)

Eleições Gerais na Zâmbia

Realizaram-se no dia 20 de Setembro, eleições presidenciais na Zâmbia. O principal partido é o Movement for Multi-Party Democracy (MMD), o qual detém 74 lugares (mais 5 membros nomeados directamente pelo Presidente), num total de 150 lugares. Apesar da fragmentação, a oposição tem conseguido nos últimos tempos unificar posições para fazer frente ao MMD. [Pag 9/10](#)

UA reconhece CNT na Líbia

Após vários meses de indefinição, a União Africana decidiu reconhecer o Conselho Nacional de Transição como legítimo representante do povo líbio. Esta decisão surgiu poucos dias depois da Assembleia-Geral das Nações Unidas ter adoptado idêntica posição. [Pag 10](#)

Morte de Aristides Pereira

O primeiro Presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira, de 87 anos, faleceu em Portugal a 22 de Setembro na sequência de fractura no colo fémur agravada pela condição de diabético. [Pag 11](#)

União Africana Crítica ONU

O actual Presidente da União Africana afirmou que a ONU está a ser utilizada fraudulentamente sob o pretexto de intervenções humanitárias para violar os direitos humanos dos povos mais afectados" e condenou o uso da força na resolução dos conflitos. [Pag 11/12](#)



O IDE em Angola em 2010

■ Luís Castelo Branco

Angola foi o país africano de língua oficial portuguesa que mais investimento directo estrangeiro (IDE) recebeu em 2010, apesar de estes fluxos terem diminuído cerca de 15% em relação ao ano anterior.

De acordo com o World Investment Report 2011, da agência das Nações Unidas para o Comércio e Investimento (UNCTAD), divulgado em Julho, o IDE em Angola passou dos 11,6 mil milhões de dólares (8,044 mil milhões de euros) em 2009 para os 9,9 mil milhões de dólares (6,852 mil milhões de euros) em 2010.

No entanto, apesar da contracção em termos absolutos, estes valores equivalem a 200% do total da formação bruta de capital fixo (FBCF) [investimento] em 2009 e 221% em 2010, o que evidencia a importância do IDE que Angola recebe.

Dilma Rousseff visita a África do Sul

A Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, visitou oficialmente a África do Sul, em Outubro, onde participou numa Cimeira de Chefes de Estado dos países do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), o fórum internacional de diálogo que reúne a Índia, o Brasil e a África do Sul.

Esta visita à África do Sul assumiu especial importância para os brasileiros, razão pela qual o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, António Patriota, deslocou-se, em Julho, ao Continente para preparar a visita. Esta foi a primeira vez que o chefe da diplomacia brasileira visitou a África subsariana, desde que tomou posse do cargo, em Janeiro. A viagem passou por vários países, entre os quais Angola, onde decorreu a VII cimeira ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Desde as presidências de Lula da Silva que o Brasil passou a encarar o Continente Africano uma prioridade da sua política externa. Esta linha de actuação insere-se numa estratégia brasileira mais vasta, a qual pretende potencializar a relações e a cooperação Sul-Sul.

No contexto africano, as áreas prioritárias passaram a ser os países da África Austral e os de língua portuguesa, procurando aprofundar seus laços com esses países. A intensificação da cooperação e do comércio com países africanos também se insere na estratégia de consolidar o Atlântico Sul como região de influência brasileira.

Dos diversos acordos de cooperação assinados entre o Brasil e a África, destacam-se três áreas significativas. A primeira, que já havia sido iniciada pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi no combate à VIH/SIDA. A segunda área de intervenção é a da pesquisa agropecuária, com a instalação de um escritório da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) no Gana. A cooperação na área agrícola também abrangeu para países como Angola, Cabo Verde e Moçambique. Essa iniciativa foi ao encontro de um dos principais objectivos da presidência de Lula da Silva, quer ao nível interno como ao nível externo, que visava o combate à fome. Ainda na área agrícola, o sector dos biocombustíveis também tem fomentado vários projectos brasileiros em África. Por fim, a cooperação na área da educação, com especial enfoque na alfabetização de adultos, foi também alvo de grandes recursos.

A visita de Dilma Rousseff à África do Sul surge num momento em que os dois países pretendem aprofundar as suas relações, económicas e políticas, com vista a reforçar a sua capacidade de intervenção, não só nos respectivos continentes, mas sobretudo a nível internacional. Ambos os países, tal como a Índia, aspiram a ocupar um lugar permanente numa eventual reforma do Conselho de Segurança da ONU. Se no caso do Brasil e da Índia esta pretensão é relativamente pacífica nas suas respectivas regiões, o caso sul-africano é mais complicado devido há existência de outros candidatos, nomeadamente, Angola e a Nigéria.





Sucessor de Eduardo dos Santos

O tabu à volta de quem será o sucessor do Presidente José Eduardo dos Santos à frente dos destinos de Angola parece ter sido quebrado. Vários indícios demonstram que o sucessor está encontrado e que será o actual Presidente da SONANGOL, Manuel Vicente.

Manuel Vicente já tinha sinalizado, no primeiro trimestre deste ano, que iria deixar a presidência da SONANGOL, que tem grandes investimentos em Portugal, nomeadamente no BCP e na GALP Energia.

Se se confirmar esta hipótese, Manuel Vicente, poderá ser o cabeça de lista do MPLA nas eleições legislativas de 2012, substituindo José Eduardo dos Santos. Nesse cenário, e de acordo com a Constituição de Angola, é suficiente que o MPLA ganhe as eleições para Manuel Vicente ser automaticamente eleito Presidente da República. De facto, nos termos do artigo 109º da Constituição angolana, aprovada no ano passado, “é eleito Presidente da República e Chefe do Executivo o cabeça de lista, pelo círculo nacional, do partido político ou coligação de partidos políticos mais votado”.

No último Congresso do MPLA, em 2009, Manuel Vicente foi eleito para o Bureau Político do MPLA na lista de José Eduardo dos Santos, acontecimentos que fazem pensar numa verdadeira estratégia do MPLA para projectar a Manuel Vicente para a presidência do país.

No entanto, neste momento, ainda não é claro se a sucessão acontecerá antes ou depois das eleições do próximo ano. Há ainda a hipótese de Eduardo dos Santos liderar o MPLA durante as eleições para se retirar algum tempo depois.

A questão da sucessão do Presidente Eduardo dos Santos não é um assunto novo. Ao longo dos últimos anos vários foram os dirigentes angolanos que foram apontados como potenciais substitutos. Alguns que se posicionaram para esse lugar, como o General João de Matos, um dos grandes obreiros da vitória militar sobre a UNITA, acabaram por ser diplomaticamente afastados. Outros, mais próximos do actual Presidente, como o Vice-Presidente Fernando da Piedade “Nando”, ou o Ministro da Presidência, Carlos Feijó, nunca se manifestaram. Inclusivamente um dos filhos de Eduardo dos Santos, Zenú dos Santos foi apontado como potencial sucessor. No meio de vários rumores nunca foi clara a posição do próprio Presidente, o que lhe deixa alguma margem de manobra para mostrar a sua preferência.

O Comité Central do MPLA vai se reunir em Dezembro para definir a estratégia do partido para as eleições de 2012 e nomear um candidato presidencial. As próximas eleições em Angola, as segundas desde o fim da guerra civil (as outras realizaram-se em Setembro de 2008) deverão ter lugar em Agosto ou Setembro do próximo ano.

O Valor da Terra em África

Segundo dados das Nações Unidas, no início do século XXI, em África eram utilizados cerca de 200 milhões de hectares para cultivo, o que representava 30% da área disponível para a agricultura. A estes juntavam-se mais 900 milhões de hectares destinados para pastoreio. Face ao aumento do preço dos alimentos e dos combustíveis, as áreas destinadas à produção alimentar estão a concentrar as atenções dos investidores internacionais. Perante este cenário, África é vista como uma prioridade.

Embora este cenário seja visto como uma oportunidade para o Continente Africano, a verdade é que também representa um perigo face à existência de práticas fraudulentas que têm prejudicado as populações. Esta situação foi denunciada, em 2010, pelo Banco Mundial num relatório intitulado *Rising Global Interest in Farmland*¹. O relatório baseou-se na realidade de vários países africanos, nomeadamente República Democrática do Congo, Libéria, Moçambique, Nigéria, Sudão e Zâmbia. A questão é que o actual cenário de aumento de preços deveria fazer com que África, devido às suas enormes áreas potencialmente aráveis, pudesse beneficiar da necessidade de se aumentar a produção agrícola. O problema é que Continente não está a beneficiar desta realidade.

O controlo de grandes áreas por investidores estrangeiros está a obrigar à deslocação de pessoas e com o aumento populacional em África, as alterações climáticas, o empobrecimento dos solos e a falta de água, poderão provocar a falta de terras para os africanos já em 2050. A utilização maciça de fertilizantes sem controlo não só

¹ http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf



empobrece o solo como tem consequenciais nefastas para o meio ambiente.

Para o Banco Mundial é necessário que sejam definidas regras claras para estes processos negociais de modo a que as populações recebam um preço justo pelos seus terrenos e que o seu uso seja feito de um modo sustentável, respeitando o ambiente. A venda das terras em África está envolta num certo mistério, temendo-se que estejam a ser feitos negócios que prejudiquem a maioria dos cidadãos.

De acordo com dados da revista *The Economist*, 50,7 milhões de hectares é a área envolvida em 2010/2011 em grandes negócios relacionados com a produção agrícola. O Banco Mundial aponta para cerca de 57 milhões de hectares.

Muitos países em desenvolvimento têm sido atraídos para esta venda através de promessas de criação de empregos, transferência de tecnologia ou criação de infra-estruturas sociais. Mas a verdade é que em muitos casos o que acontece é que as promessas não são cumpridas, havendo mesmo um agravamento de vários problemas associados à escassez de água, desflorestação ou aumento das carências alimentares.

Esta situação é particularmente relevante devido ao facto de algumas regiões do Continente Africano, nomeadamente a região do Corno de África, estar a atravessar um período de grande carência alimentar. A fome está a alastrar em países como a Somália, onde a situação representa a pior crise humana no mundo actual e a pior crise de segurança alimentar desde que a fome que atingiu este país em 1991-1992. A crise está, entretanto, a alastrar-se para a Eritreia, Etiópia e Sudão do Sul.

Vários países têm sido apontados como a origem destes investimentos agrícolas em África, nomeadamente, a Arábia Saudita, a Coreia do Sul, os EUA, China, Rússia, Índia e Brasil.

O Brasil tem sido dos países que mais tem apostado no aumento da produção agrícola em África, sendo que Moçambique é dos países que mais tem lucrado com esta estratégia de Brasília.

Em Abril deste ano, o Primeiro-Ministro moçambicano, Aires Aly, patrocinou em Nampula, o lançamento do Programa de Desenvolvimento da Agricultura nas Savanas Tropicais de Moçambique (PRO-

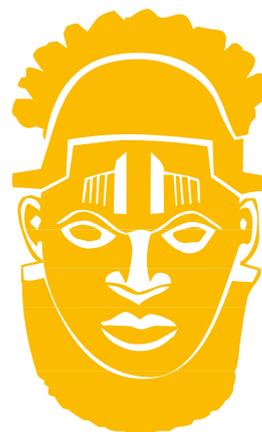
SAVANA), cujo objectivo é o de aumentar a capacidade de pesquisa e de difusão tecnológica para o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala.

O PROSAVANA é um programa de cooperação triangular entre os Governos de Moçambique, representado pelo Ministério da Agricultura, Brasil representado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, e o Japão representado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA).

Concebido como um programa de desenvolvimento agrícola e rural na região do Corredor de Nacala, o PROSAVANA pretende melhorar a competitividade do sector, tanto na área da segurança alimentar aumentando a produtividade dos pequenos produtores, como em termos de geração de excedentes exportáveis a partir de uma agricultura voltada para o agronegócio.

A ideia principal é fortalecer a capacidade de pesquisa agrícola em áreas estratégicas por forma a garantir a base tecnológica para o aumento da produção agrícola, modificar a dispersão física e institucional das acções de pesquisa, assistência técnica e realização de acções integradas, sobretudo no contexto dos pequenos produtores, criando um modelo ambiental e economicamente sustentável de agricultura.

No âmbito do programa PROSAVANA, o governo moçambicano colocou à disposição dos agricultores, nacionais e estrangeiros, cerca de 6 milhões de hectares de terra arável com vista a aproveitar o potencial agrícola do país e diminuir a dependência alimentar do exterior.





Pinto da Costa Regressa à Presidência de STP

Manuel Pinto da Costa venceu a segunda volta das eleições presidenciais em São Tomé e Príncipe com 52% dos votos, derrotando Evaristo Carvalho, candidato apoiado pela ADI do Primeiro-Ministro Patrice Trovoada. Com este resultado o país vai ser governado por dois homens que provêm de famílias políticas distintas, esperando-se que a coabitação seja pacífica de modo a permitir que o país ultrapasse as dificuldades económicas que enfrenta.

Pinto da Costa regressa ao cargo que desempenhou há 20 anos. Depois de ter sido o primeiro Presidente após a independência, liderou o país durante o período de partido único até a abertura ao multipartidarismo. Depois de ter perdido duas eleições presidenciais, primeiro contra Miguel Trovada e depois contra Fradique Menezes, conseguiu vencer desta vez apoiado num amplo conjunto de apoios que, acima de tudo, se opõem ao governo da ADI de Patrice Trovoada.

Um dos grandes apoios de Pinto da Costa foi a juventude do país que viu neste candidato uma esperança para o seu futuro, nomeadamente em termos de trabalho.

Além do seu homólogo cabo-verdiano, Pedro Pires, a tomada de posse também contou com a presença de vários Chefes de Estado, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda e República Democrática do Congo. Também marcaram presença associações, partidos políticos, entidades internacionais, entre outras personalidades. Portugal fez-se representar pelo antigo Presidente da República, General Ramalho Eanes, amigo pessoal de Pinto da Costa.

Ao longo dos últimos anos, vários têm sido as vozes que têm defendido a necessidade de uma reforma constitucional de modo a clarificar e agilizar a divisão de poderes entre o Presidente da República e o Governo. Esta necessidade foi, por diversas vezes, expressa pelo anterior Presidente Fradique de Menezes. Esta questão assume agora especial importância devido à existência de um governo e de um Presidente oriundos de diferentes forças políticas, temendo-se que a coabitação não seja pacífica.

Em São Tomé, dois partidos políticos, o Partido de Convergência Democrática (PCD) e o partido de Acção Democrática Independente (ADI) no parlamento estão a defender a revisão constitucional, argumentam que as últimas eleições presidenciais provaram a necessidade de revisão constitucional.

Delfim Neves, chefe da bancada do Partido de Convergência Democrática, evoca um atraso de 3 anos para actualização da constituição política. Delfim Neves defendeu que, para já, a iniciativa de revisão constitucional tem que vir da mesa da Assembleia Nacional, e que o processo deve ter início já a partir de Outubro para ser concluído antes das férias parlamentares de Fevereiro do próximo ano.

A reforma constitucional assume-se assim como um imperativo e no actual estágio da evolução política a sua necessidade está a criar um consenso entre os partidos políticos, pese embora algumas diferenças de perspectivas.

No entender dos partidos ADI e PCD a reforma deve começar com a revisão da lei eleitoral. Idalécio Quaresma líder parlamentar do ADI partido no poder, diz que a futura Comissão Eleitoral Nacional (CEN) deverá ser composta por cinco figuras independentes, eleitas pelo parlamento em vez de serem apontadas pelos partidos políticos. Por outro lado, defende que a lei eleitoral deve ser denominada de Código Eleitoral.

Mas, mais do que uma questão de semântica, a ADI pretende, a partir do processo de aperfeiçoamento legislativo, criar um conjunto de regras e de condutas susceptíveis de garantir uma maior transparência, competência e justiça no processo de escolha política. Idalécio Quaresma evoca algumas das melhorias que o seu partido deverá inscrever no quadro da futura revisão legislativa.

Para o líder parlamentar do ADI é também preciso proceder a supervisão dos gastos dos partidos políticos durante as campanhas eleitorais como forma de travar o fenómeno banho, ou compra de votos à boca da urna, resultante da injeção de avultadas somas financeiras no mercado e susceptíveis de conduzir entre outros a corrupção eleitoral. O ADI entende também ser necessário rever o princípio de proporcionalidade da representatividade eleitoral, em função dos movimentos migratórios da população, e definir os quadros e limites de uma jurisprudência eleitoral.

Para Delfim Neves do PCD, a revisão da lei eleitoral deve igualmente ter em conta os procedimentos dos tribunais, e dá como um dos exemplos o processo da confirmação das candidaturas nas últimas eleições presidenciais.



De momento a iniciativa para a revisão constitucional e particularmente da lei eleitoral é um desafio político em vias de constituir consenso, mas a oportunidade e a circunstancia política do seu anúncio deixa alguns actores políticos sobreaviso.

O segundo maior partido no parlamento o MLSTP/PSD, e que apoiou a candidatura de Pinto da Costa na segunda volta das presidenciais, não quer dar sinais do seu posicionamento para não levantar suspeitas de uma alegada tentativa de alteração da lei para favorecer o seu antigo líder que regressa ao poder para um mandato de 5 anos.

Eleições Presidenciais em Cabo Verde

O candidato do Movimento para a Democracia (MpD), Jorge Carlos Fonseca ganhou a segunda volta das eleições presidenciais realizadas a 21 de Agosto, obtendo 55% dos votos contra 45% de Manuel Inocêncio. Este resultado vai fazer com que o país venha a entrar num período de coabitação entre os dois maiores partidos do país, o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) que detém o governo e o MpD que vai controlar a Presidência. O PAICV venceu as eleições legislativas em Fevereiro, tendo obtido 34 dos 72 lugares da Assembleia Nacional.

Jorge Carlos Fonseca foi um dos fundadores do MpD. Jurista de formação foi Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1991-1993. Em 1994, rompeu com o MpD, então no Governo, fundou nesse mesmo ano o Partido da Convergência Democrática (PCD) e abandonou-o em 1998, ao mesmo tempo que abandonava também as ligações político partidárias.

Em 2001, surpreendeu todos com uma candidatura à presidência cabo-verdiana, obtendo, no entanto, pouco mais de 3% dos votos. Face aos fracos resultados alcançados, abandonou a política activa para se dedicar à direcção do Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais, cuja direcção deixou para assumir a Presidência de Cabo Verde. No seu discurso de vitória apontou como prioridade máxima a promoção do crescimento económico como meio de fazer face ao elevado desemprego que o país atravessa.

O novo Presidente já tinha sido o candidato mais votado na primeira volta das eleições, com 37% dos votos, tendo obtido na segunda volta mais 35 mil votos. Este aumento demonstrou que os apoiantes do candidato que ficou em terceiro lugar, Aristides Lima, embora ligados ao PAICV, optaram pelo candidato da oposição em vez do candidato apoiado pelo seu partido, Manuel Inocêncio. Esta situação demonstrou o mal-estar que existe no seio do PAICV, o qual se traduziu na apresentação de duas candidaturas presidenciais, a oficial representada por Manuel Inocêncio e a oficiosa representada por Aristides Lima que contou com vários apoios no seio do partido.

Depois de Aristides Pereira, Pedro Pires e António Mascarenhas Monteiro, Jorge Carlos Fonseca será o quarto Presidente conhece desde a sua independência em 1975.

Cimeira UE – RAS

Decorreu a 15 de Setembro, no Parque Nacional do Kruger na África do Sul, a cimeira entre a União Europeia e a República da África do Sul (RAS). A Cimeira dedicou especial atenção aos assuntos de política africana, tendo analisado a questão da divisão do Sudão em dois estados, com a independência do Sul do Sudão a 9 de Julho, a situação na Somália e na Costa do Marfim. Outro tema abordado foi o problema da pirataria no oceano Índico. Os principais pontos de discórdia entre as duas partes andaram à volta da situação na Líbia, Zimbabue e as relações comerciais.

Em termos da África Austral, a situação no Zimbabue, com o aproximar das eleições presidenciais foi também alvo de especial atenção, congratulando-se a EU com o papel de mediador desempenhado pelas RAS, embora os representantes comunitários gostassem de ver Pretória a assumir uma posição mais crítica em relação ao regime de Mugabe.

Relações entre a União Europeia e a África do Sul conheceram um forte impulso com a realização das primeiras eleições multirraciais naquele país em Maio de 1994. Em 2007 as duas partes assinaram um Acordo de Parceria Estratégica. A Parceria Estratégica tem duas

vertentes: reforço do diálogo político e a cooperação em várias áreas, nomeadamente, as referentes às questões africanas. Diálogo político reforçado inclui cimeiras bilaterais regulares e reuniões a nível ministerial, destacando-se os encontros referentes a questões da paz e segurança. A Parceria Estratégica também deu um novo impulso à cooperação e diálogo em áreas como o ambiente, energia, espaço, transporte ou migração, que estão sendo desenvolvidos.

A África do Sul, a Comissão Europeia e os Estados-Membros elaboraram um documento de estratégia conjunta país (CSP) para cooperação para o período 2007-2013. O principal objectivo do CSP é o de reduzir a pobreza e a desigualdade, bem como promover a estabilidade social e sustentabilidade ambiental. Os objectivos do CSP foram operacionalizados num programa de acção, o Programa Indicativo Plurianual (PIP), que se concentra na criação de emprego e desenvolvimento da capacidade de prestação de serviços e da coesão social. O orçamento total indicativo para o período de sete anos é de € 980 milhões.

No que diz respeito às relações comerciais entre as duas partes, o comércio de bens da UE com a África do Sul diminuiu em 2009, tanto nas exportações como nas importações. Porém essa tendência inverteu-se em 2010, registando-se novamente um crescimento, com as exportações da UE para África do Sul a atingirem os 21,4 mil milhões de euros, enquanto que as importações aumentaram 20%, alcançando os para 17,9 mil milhões de euros¹.

O primeiro semestre de 2011 mostrou um crescimento sustentado do comércio da UE com a África do Sul, quando comparados com o primeiro semestre de 2010. As exportações aumentaram de 10,1 mil milhões de euros nos primeiros seis meses de 2010 para 12,3 mil milhões de euros no primeiro semestre de 2011 e as importações de 8,8 mil milhões para 9,1 mil milhões de euros. Como resultado, o superávit UE no comércio de bens com a África do Sul aumentou de 1,2 mil milhões de euros no primeiro semestre de 2010 para 3,2 mil milhões de euros no mesmo período de 2011. A África do Sul representou cerca de 1,4% do comércio externo de bens da União

¹ Cimeira UE - África do Sul. Excedente EU27 no comércio de bens com a África do Sul continuou a crescer no primeiro semestre de 2011. Europa Press Releases 13/09/2011.

Europeia, e foi o décimo quinto parceiro comercial mais importante nos primeiros seis meses de 2011. Entre os Estados-Membros da UE, a Alemanha (4,1 mil milhões de euros ou 34% das exportações da UE para este país africano) foi de longe o maior exportador para a África do Sul no primeiro semestre de 2011, seguido pelo Reino Unido (1,8 mil milhões de euros ou 15%) e pela França (1,1 mil milhões de euros ou 9%). A Alemanha (com 2,5 mil milhões de euros ou 28% das importações da UE) também foi o maior importador, seguida pelo Reino Unido (1,5 mil milhões de euros ou 16%). Os maiores superávits no comércio com a África do Sul nos primeiros seis meses de 2011 foram observados na Alemanha (1,6 mil milhões de euros) e a França (700 milhões de euros), e os maiores déficits na Itália (400 milhões de euros) e a Holanda (300 milhões de euros).

Nova Área Protegida na África Austral

Foi criada na região da África Austral uma nova área protegida que abrange as bacias dos rios Zambeze e Okavango englobando território de cinco países: Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue. Esta nova área, criada através da assinatura de um Tratado pelos cinco países, passa a ser a maior zona protegida com vocação turística do mundo, cujo objectivo é o de apoiar a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável, o ecoturismo e a partilha sustentável dos recursos.

A zona terá um tamanho equivalente a metade do território francês e vai permitir criar ligações entre catorze parques nacionais e reservas naturais existentes nos países abrangidos, nomeadamente, as Cataratas Vitória e o delta do Okavango. A região é rica em espécies raras, especialmente leopardos, cães selvagens africanos, rinocerontes e antílopes negros. Também é habitada por cerca de 250.000 elefantes.





Diminuição do Paludismo em África

De acordo com o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, a morte por paludismo diminuiu para metade nos últimos dez anos em mais de uma dezena de países africanos, mostrando-se optimista com o objectivo de se alcançar a erradicação da doença em mais dez países até 2015.

Ban Ki-Moon afirmou, durante a apresentação de um relatório da Iniciativa Roll Back Malária Partnership¹, que esta redução permitiu salvar a vida a mais de um milhão de crianças na África subsariana. O Secretário-Geral das Nações Unidas salientou que este resultado foi alcançável graças ao aumento substancial dos fundos para o controlo do paludismo, o que permitiu desenvolver um conjunto de acções concertadas e em grande escala.

A operacionalização de diversos programas de controlo da malária entre 2008 e 2010² resultou no fornecimento de suficiente redes mosquiteiras tratadas com insecticida (MTI) para proteger mais de 578 milhões de pessoas em risco de malária na África Subsariana.

Em África, verificou-se, num conjunto de 11 países, uma redução superior a 50% em ambos os casos de malária confirmados ou admissões malária e mortes na última década. No relatório Roll Back Malária, São Tomé e Príncipe faz parte do grupo de 11 países africanos onde a redução de mortes por causa do paludismo é superior a 50%. Este sucesso deveu-se a uma campanha lançada em 2004, com apoio financeiro e técnico da República de Taiwan, que permitiu salvar centenas de vidas, sobretudo crianças menores de 5 anos, que eram as principais vítimas do paludismo.

Segundo dados divulgados pelo Centro Nacional de Endemias de São Tomé e Príncipe, em 2002 São Tomé e Príncipe registava 67 mil casos de paludismo. Número importante para uma população que rondava os 150 mil habitantes. No ano 2011 o arquipélago registou apenas 2.790 casos.

¹ Discurso de Ban Ki-Moon, a 13 de Setembro de 2011, na apresentação do relatório "A Decade of Partnership and Results" da iniciativa Roll Back Malária Partnership.

<http://www.rollbackmalaria.org/ProgressImpactSeries/docs/report8-en.pdf>

² OMS: Relatório Mundial sobre o Paludismo 2010

<http://www.afro.who.int/en/clusters-a-programmes/dpc/malaria.html>

Esta diminuição ao nível africano deveu-se, principalmente, ao reforço da prevenção e do tratamento do paludismo desde 2005 graças aos esforços conjugados do Governo norte-americano, do Fundo Mundial contra a SIDA, Tuberculose e Paludismo, do Banco Mundial, de outros doadores de fundos internacionais e de Organizações Não Governamentais (ONG).

OS EUA têm sido um dos países que mais se envolveu no combate a esta doença. Em 2005 foi criada a do Iniciativa do Presidente norte-americano de combate ao Paludismo. Entre 2005 e 2009, esta Iniciativa disponibilizou importantes verbas destinadas a acções de combate a esta doença.

A Iniciativa do Presidente norte-americano contra o Paludismo é um programa a cinco anos com um valor de um bilião e 200 milhões de USD cujo objectivo é o de reforçar rapidamente a prevenção e o tratamento da doença em 15 países da África Subsariana duramente afectados por esta doença. Os 15 países visados são Angola, o Mali, o Benim, Moçambique, a Etiópia, o Ruanda, o Gana, o Senegal, o Quénia, a Tanzânia, a Libéria, o Uganda, Madagáscar, a Zâmbia e o Malawi. Em 2011, a Nigéria e a República Democrática do Congo (RDC) aderiram a esta iniciativa, elevando a 17 o número de países beneficiários.

Apesar dos esforços internacionais, ainda há um importante caminho a percorrer para erradicar esta doença, a qual é responsável por 80% das mortes em crianças até aos 5 anos de idade em África. Para além disso, paludismo representa cerca de 40% das despesas no sector da saúde pública em alguns países africanos e causa uma perda anual de 12 mil milhões de USD, ou seja 1,3% do Produto Interior Bruto (PIB) do Continente.





Acordo sobre Vistos entre Portugal e Angola

Portugal e Angola assinaram a 15 de Setembro um protocolo que visa agilizar o processo de concessão de vistos entre os dois países. Esta questão, que já se arrastava há vários anos, era um dos principais problemas que existia no relacionamento bilateral. Até agora, a obtenção de vistos de trabalho em Angola era um sério obstáculo para todos aqueles que procuravam desenvolver a sua vida profissional neste país africano. O acordo agora alcançado permite a concessão de vistos com prazos mais alargados, maior rapidez no processo de concessão dos mesmos, sistema de múltiplas entradas no país e prorrogações de vistos num mais curto espaço de tempo.

O acordo entre os dois países foi selado durante a visita oficial do Ministro das Relações Exteriores de Angola, Georges Chicoti, a Portugal. Durante esta visita oficial, o Ministro angolano inaugurou um consulado em Faro, o que, para além de apoio à comunidade angolana residente no Algarve, permitirá descentralizar os pedidos de vistos.

A dificuldade na obtenção de vistos para entrada em Angola era uma das maiores preocupações de investidores e empresas portuguesas. No passado, vários incidentes tiveram a sua origem no problema na obtenção de vistos. Refira-se um dos últimos incidentes, quando 42 funcionários portugueses da empresa Prebuild, foram detidos por trabalhar ilegalmente em Angola, tendo sido depois expulsos do país. A situação foi ainda mais grave porque um funcionário da empresa foi apanhado no aeroporto de Luanda quando saía do país com os passaportes dos seus colegas para renovarem os vistos em Lisboa.

Mas, se havia problemas na obtenção de vistos para entrar em Angola, a situação inversa era igual. Todos os dias existiam enormes filas diante da embaixada portuguesa em Luanda. Trata-se maioritariamente de cidadãos angolanos que esperam conseguir um visto para visitar familiares em Portugal, gozar férias ou por motivos profissionais.

Agora, através do acordo alcançado, os portugueses que pretendam ir trabalhar para Angola vão poder obter um visto no prazo de 30 dias e por um período de três anos, contra os actuais 12 meses, renováveis duas vezes por iguais períodos, mas sendo necessário, no final de cada um, o retorno a Portugal para a renovação. Uma outra vantagem destes novos vistos é o facto de permitir múltiplas entradas e saídas.

Em relação aos vistos de curta duração, que até agora eram de 30 dias, passam a ser de até 90 dias por semestre (180 dias por ano) e poderão ser obtidos no prazo de oito dias. Com o acordo assinado, o visto de curta duração permite múltiplas entradas, ao contrário do que acontecia até agora, em que a cada entrada era necessário renovar o visto.

Para o governo português, este acordo é essencial para a economia portuguesa face à importância crescente do mercado angolano. Segundo o MNE português, neste momento há cerca de sete mil empresas portuguesas a trabalharem directamente com Angola, sendo que mil empresas portuguesas já se encontram instaladas em território angolano, sendo a grande maioria PME. Por outro lado, calcula-se que estejam instalados em Angola cerca de 120-140 mil portugueses.

Eleições Gerais na Zâmbia

Realizaram-se no dia 20 de Setembro, eleições presidenciais na Zâmbia. O principal partido é o Movement for Multi-Party Democracy (MMD), o qual detém 74 lugares (mais 5 membros nomeados directamente pelo Presidente), num total de 150 lugares. Os restantes lugares estão divididos da seguinte maneira: Patriotic Front com 42 lugares, United Party for National Development (UPND) com 24, United Liberal Party (ULP) com 3, Forum for Democracy and Development (FDD) com 2, the Alliance for Development and Democracy (ADD) com 1, National Democratic Focus (NDF) com 1, United National Independence Party (UNIP) com 1 e 2 deputados independentes. Apesar desta fragmentação, a oposição tem conseguido nos últimos tempos unificar posições para fazer frente ao MMD.

As eleições presidenciais despertaram enorme interesse devido à posição dos partidos da oposição que pretendam pôr em causa a hegemonia do MMD e do seu candidato. Os principais candidatos a estas eleições foram o Presidente cessante, Rupiah Banda, apoiado pelo MMD. O líder da Patriotic Front, Michael Sata, foi o candidato deste partido às eleições presidenciais deste ano. Sata já tinha sido candidato às eleições presidenciais de 2001, 2006 e 2008. Em 2006 e em 2008 Sata foi o segundo candidato mais votado a uma pequena distância do candidato do MMD. O terceiro candidato mais forte



era Hakainde Sammy Hichilema apoiado pela UPND, e que também tinha concorrido às eleições de 2006 e 2008. Para além destes três principais candidatos, ainda havia mais sete candidatos à corrida presidencial: Ng'andu Magande, do FDD, Edith Nawakwi, única mulher nesta corrida e Presidente do Fórum para a Democracia e Desenvolvimento, Frederick Mutesa, fundador do partido denominado Zambianos para a Autonomização e Desenvolvimento (ZED); o Presidente do Partido para a Restauração Nacional (NAREP), Elias Chipimo Junior, e Charles Milupi, candidato da ADD.

Rupiah Banda era o Vice-presidente na época do Presidente Levy Mwanawasa. Porém, quando Mwanawasa sofreu uma embolia cerebral, durante a Cimeira da União Africana que se realizou no Egito em Junho de 2008, Banda assumiu interinamente a presidência. Nessa altura, ainda se previa que Mwanawasa recuperasse e regressasse ao cargo, o que não veio a acontecer. O Presidente Levy Mwanawasa morreu a 19 de Agosto de 2008, tendo o Vice-presidente Banda assumido a presidência do país.

Em 2008 numas eleições presidenciais antecipadas por causa da morte do então Presidente, Rupiah Banda do MMD venceu o seu adversário Michael Sata por apenas 35 mil votos. Nas eleições parlamentares regulares de 2006 o MMD ganhou com uma larga vantagem. As eleições de 2011 tinham com especial novidade o facto de haver mais um milhão de eleitores decorrentes da actualização dos cadernos.

O líder da oposição, Michael Sata, 74 anos, foi declarado vencedor das eleições presidenciais em Zâmbia, derrotando Rupiah Banda. Segundo a comissão eleitoral nacional, Sata obteve 43% dos votos, contra 36% para Banda.



UA Reconhece CNT na Líbia

Após vários meses de indefinição, a UA (União Africana) decidiu reconhecer o CNT (Conselho Nacional de Transição) como legítimo representante do povo líbio. Esta decisão foi anunciada a 20 de Setembro pela presidência da UA e surgiu poucos dias depois da Assembleia-Geral das Nações Unidas ter adoptado idêntica posição.

De acordo com o comunicado publicada pela UA "O Presidente da União Africana, depois das consultas realizadas, anuncia que a UA reconhece o Conselho Nacional de Transição como representante do povo líbio, mediante a formação de um governo de união nacional que ocupará o posto da Líbia na União Africana", indicou o comunicado.

Embora o CNT já ter sido reconhecido como o legítimo representante do povo líbio por largas dezenas de países, incluindo várias das principais potenciais mundiais, a verdade é que a questão não era pacífica no seio dos países africanos. A posição da UA mostra a força que Khadafi tinha dentro da organização - que para além de ter sido criado precisamente em Sirte, sua terra natal, contava com o Coronel como o seu principal financiador. Por outro lado, vários regimes africanos contavam com importantes apoios financeiros da Líbia, razão que explica alguma contenção no reconhecimento do CNT.

Apesar dos vários êxitos militares dos rebeldes do CNT, vários países africanos, como a África do Sul e a Tanzânia, não se mostravam dispostos a reconhecer as novas autoridades até que fossem bem conhecidas as intenções dos líderes da CNT. Posição diferente tiveram outros países africanos, como o Benim, Gâmbia, Gabão, Quênia, Senegal, Tunísia, Egito, Marrocos, Nigéria, Etiópia, Chade e Burkina Faso, que já tinham reconhecido o CNT como legítimo representante do povo líbio.

Por outro lado, a posição oficial da UA até agora era que não reconhecia o CNT, porque pretendia encontrar uma solução negociada entre os rebeldes e as forças fiéis a Khadafi.

A questão do reconhecimento ou não do CNT provocou algum mal-estar no relacionamento entre diversos países africanos. Especialmente importante foi o desentendimento entre a África do Sul e a Nigéria, com o regime de Pretória a critica as autoridades de Abuja pelo seu apoio aos rebeldes do CNT. A posição da Nigéria foi entendida como uma pequena vingança contra Khadafi por este ter, em tempos, defendido que a solução para os conflitos endémicos que existiam na Nigéria, era a divisão do país em dois, um no Norte e muçulmano e outro no Sul e cristão, como forma de pôr fim a divergências.

Morte de Aristides Pereira

O primeiro Presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira, de 87 anos, faleceu em Portugal a 22 de Setembro na sequência de fractura no colo fémur agravada pela condição de diabético.

O primeiro Presidente cabo-verdiano começou a sua vida profissional a trabalhar como radiotelegrafista, onde chegou a chefe dos serviços de telecomunicações, na Guiné-Bissau. A partir dos anos 40, Aristides Pereira envolveu-se na luta pela independência de Cabo Verde. Juntamente com Amílcar Cabral, fundou o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 1956, assumindo o cargo de secretário-geral, em 1973.

Com a conquista da independência, em 1975, Aristides Pereira tornou-se o Presidente da República de Cabo Verde. Em 1981, o PAIGC cabo-verdiano mudou de nome, passando a designar-se Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). Aristides Pereira permaneceu na Presidência da República até 1991.

Em 1991, e após eleições democráticas, Aristides Pereira perdeu para António Mascarenhas Monteiro. Em meados dos anos 90, numa entrevista publicada no semanário português Expresso, Aristides Pereira provocou alguma polémica ao afirmar que, antes da independência, se pensou em manter Cabo Verde como uma região autónoma de Portugal, tal como Açores e Madeira, ideia que viria a desmentir mas sem sucesso.

Afastado da vida política há mais de 20 anos, Aristides Pereira estava internado desde 3 de Agosto no serviço de Ortopedia dos Hospitais da Universidade de Coimbra, devido a uma fractura do colo do fémur após uma queda.



União Africana Critica a ONU

O actual Presidente da União Africana (UA) afirmou, durante a abertura da 66ª sessão Assembleia geral da ONU, que esta organização está a ser utilizada fraudulentamente sob o pretexto de intervenções humanitárias para violar os direitos humanos dos povos mais afectados” e condenou o uso da força na resolução dos conflitos.

Durante o seu discurso, o Presidente da UA e da Guiné Equatorial, Theodore Obiang Nguema Mbasogo denunciou que África enfrenta uma nova versão neocolonialista de intervenção de forças por razões e princípios humanitários e de liberdades democráticas” e pediu ao continente “para fazer valer a União Africana e a sua personalidade política internacional”.

Obiang sublinhou que o uso da força “não é factor de aglutinação mas de divisão e destruição” e que África sempre se manifestou a favor de uma solução pacífica dos conflitos, mediante o diálogo, a mediação e a negociação. Obiang defendeu que as Nações Unidas devem dar voz aos menos poderosos e que isso passa pela democratização de todos os seus órgãos. “A Organização das Nações Unidas deve ser reformada e retomar o seu carácter de representatividade mais equitativa e justa diante da actual tendência de se converter num clube de poderosos”, acrescentou o Presidente da UA.

As críticas do Presidente da União África surgem na sequência da intervenção aérea da NATO na Líbia com o apoio das Nações Unidas e sem que a UA fosse tida em conta.

Também o Presidente da África do Sul, Jacob Zuma considerou que desenvolvimentos internacionais recentes tornaram mais urgente a necessidade de se intensificar a agenda de reforma das Nações Unidas, particularmente do Conselho de Segurança e das instituições de Bretton Woods, designadamente o FMI e o Banco Mundial. Nesse sentido, Zuma apelou para que África seja representada como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU e defendeu reformas substantivas no órgão decisório da organização. Para o líder sul-africano, o Conselho de Segurança, frisou, deve primar pelo princípio equitativo da representação geográfica.

O estadista sul-africano destacou a importância das organizações regionais na resolução de conflitos e nos processos de mediação e negociação, e defendeu o reforço do papel desses organismos na gestão dos diferentes conflitos.

Também o Presidente moçambicano, Armando Guebuza, ao intervir no debate geral, pediu a valorização da mediação das Nações Unidas e das organizações regionais e sub-regionais e recordou que o carácter universal da ONU confere ao organismo um papel fundamental na promoção da paz e segurança internacionais com recurso a meios pacíficos na resolução de disputas.

Guebuza mantém, porém, que a ONU continua a ser o fórum apropriado para a abordagem dos desafios actuais, incluindo a resolução pacífica de disputas. Mas para assumir com eficácia o seu papel é fundamental a conclusão do processo de reformas em curso.

Para o Chefe de Estado moçambicano, só uma Assembleia-Geral forte, dotada da necessária autoridade e competência e de recursos adequados estará à altura dessas responsabilidades e dos desafios da actualidade internacional.

Os líderes presentes na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas deram as boas vindas ao mais novo Estado membro das Nações Unidas, o Sudão do Sul, e pediram o reforço da assistência humanitária para acudir as vítimas da seca e da crise de fome na Somália e na região do Corno de África.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05